

Superintendente afirma que ‘caso Junqueira’ causa preocupação à diretoria

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) é a consolidação de um grande projeto municipalista. Ela foi fundada em 4 de maio de 1983, diante da necessidade de se criar no estado uma entidade que congregasse os municípios e representasse o poder público municipal junto às demais esferas de governo. Dessa forma, desde esta época, praticamente todos os municípios do estado de Mato Grosso contribuem, através do percentual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com repasses mensais à associação. Porém, este trabalho que a entidade realiza na defesa institucional e na prestação de serviços aos municípios com ações pautadas no

apartidarismo, na administração democrática e na parceria, pode estar ameaçado caso os municípios comecem a cancelar o repasse, como foi o caso de Tangará da Serra. Mensalmente o Município fazia repasses à entidade, mas ao ser empossado como Chefe do Executivo, José Pereira Filho, o Zé Pequeno (PT) cancelou esses pagamentos. “Penso que não podemos correr o risco. Tangará não pode continuar sendo penalizada com essa situação e infelizmente o que ocorre é que o Município é que sofre. Não vou correr o risco de efetuar repasses à AMM e depois ser responsabilizado por isso”, justificou o prefeito, ao destacar ainda que o cancelamento dos repasses à AMM se deve, fundamentalmente, à condenação sofrida por Fábio Martins Junqueira (PMDB), por



Darci Lovato: “A AMM tem 31 anos de existência”

ocasião de pagamentos feitos à associação ainda quando foi vice de Jaime Muraro. Junqueira assumiu a condução do Município por quatro meses no ano de 2000 quando manteve

os pagamentos à AMM que posteriormente, segundo a denúncia, não comprovou prestação de serviços à Tangará da Serra. Sobre esta situação, o superintendente da

Associação Mato-grossense, Darci Lovato, afirmou que este caso é inédito e causa preocupação a diretoria. “A AMM tem 31 anos de existência e de prestação de serviços e este

é um caso inédito que temos e que nos causa preocupação. Por isso, nosso setor jurídico está acompanhando de perto todo esse caso, prestando a assistência a prefeitura”, falou, ao informar ainda que o presidente da AMM, Valdecir Luiz Colle (PSD), mais conhecido como Chiquinho, também está muito preocupado com toda esta situação. “Inclusive nosso presidente já se reuniu com o presidente da Tribunal de Justiça [Desembargador Orlando de Almeida Perri] tratando desta questão”. A reunião, segundo Lovato, foi realizada na semana passada, com a participação também da representante da Coordenadoria Jurídica da instituição. “E estamos acompanhando afim de dar o maior respaldo possível, tanto ao prefeito Fábio, quanto ao Zé Pequeno”.

CORREM RISCO

Antigos prefeitos também podem ter direitos políticos cassados

>> **Paulo Ramos**
Redação DS

Caso a decisão contra Fábio Martins Junqueira e Jaime Muraro de cassação dos direitos políticos seja mantida pela Justiça, outros nomes que também chefiaram o executivo tangaraense desde 1987 até hoje e que também realizaram repasses à associação poderiam também ser denunciados por qualquer pessoa, ou até mesmo o Ministério Público, não somente em Tangará, mas como também nos outros 140 municípios. Entre eles estariam An-

tônio Porfírio (1983 – 1988); Manoel Ferreira de Andrade (1989 – 1992); Saturnino Masson (1993 – 1996; 2011 – 2012); Jaime Muraro (1997 – 2000; 2001 – 2003); Dona Ana (1 mês nas férias de Muraro; 2003 – 2004); Julio César Ladeia (2005 – 2009; 2010 – 2011); Zé Pequeno (23/04/2009 – 05/08/2009); José Jaconias (17/05/2011 – 10/07/2011); Miguel Romanhuk (11/07/2011 a 30/09/2011). Além disso, Fábio poderia ser novamente indiciado pela sua atual gestão de 2013, até o dia 23 de maio deste ano quando foi afastado pelo decreto da Câmara de Vereadores.

PARCERIA

Atualmente 140 municípios contribuem com a Associação Mato-grossense

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

De acordo com o superintendente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Darci Lovato, todos as cidades do Estado são associadas a instituição, com exceção de Tangará da Serra que rompeu contrato esta semana. Com esta parceria, a AMM oferece aos municípios a assessoria nas áreas técnica, administrativa, jurídica, contábil, de engenharia, entre outros, como foi o caso, recentemente, em que os engenheiros da associação fizeram todo o projeto arquitetônico e memoriais descritivos para a construção de uma nova estrutura para a Cooperativa



Associação foi fundada em maio de 1983

de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (Coopertan). “E vamos continuar prestando este serviço e fazendo um acompanhamento institucional dos interesses de todos os município,

inclusive de Tangará”, disse, ao afirmar ainda que dentro dos próximos dias terão uma posição mais concreta sobre tudo que está acontecendo no município, envolvendo a Associação.



QUE TAL SER SOLIDÁRIO E SABOREAR A MELHOR PIZZA DA CIDADE?

Doe duas peças de agasalho e com mais R\$25,00 você recebe uma pizza grande de qualquer sabor em casa.

disk-entregas

3326-3300
celular: 9600-3300

Vamos aquecer o inverno de quem mais precisa.

SER SOLIDÁRIO É UMA DELICIA!